

BOLETIM DA HISTORIA

DEPARTAMENTO DE HISTORIA
PUC - RJ

O NÚMERO DOIS DO BOLETIM DA HISTÓRIA APARECE, CONFORME O PREVISTO, APESAR DA CORRERIA DO FINAL DO SEMESTRE...

PARA MUITOS, O PRIMEIRO NÚMERO EXPRESSAVA A UTOPIA DE ALGUNS. E, COMO CONSEQUÊNCIA, O SEGUNDO SE APRESENTAVA COMO UMA IMPOSSIBILIDADE.

NO ENTANTO, ELE CONSEGUE MOSTRAR - AO AMPLIAR SEU QUADRO DE COLABORADORES E AO INAUGURAR UMA SEÇÃO DE HISTORIOGRAFIA - QUE É POSSÍVEL TRABALHAR COM A "UTOPIA" E MESMO COM A "IMPOSSIBILIDADE".

2

DEZEMBRO 82

COLABORAM NESTE NÚMERO

Anair, Cleusa, Edmilson, Falcon, Gizlene, Guida, Ilmar, João Rua, Marcelo, Marco Antonio, Maria Alice, Maria das Graças (CCG), Marcos Veneu, Mauro, Paulo Roberto, Sonia Varejão e Jorge (CB-CCS)

HISTÓRIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO PARA CIENTISTAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS.

A partir de 1983.1, a disciplina História do Mundo Contemporâneo não será mais oferecida aos alunos que se dirigam ao Curso de História.

Com a VERTICALIZAÇÃO prevista para o próximo semestre e com o oferecimento de mais uma disciplina na área de História Moderna e Contemporânea - História Contemporânea IV - pretendemos ampliar o conjunto de temas a serem abordados pelo Departamento de História, neste campo de conhecimento.

História do Mundo Contemporâneo (HIS 1308) permanece, não obstante, como disciplina oferecida pelo Departamento de História aos demais cursos do Centro de Ciências Sociais, desenvolvendo um esforço no sentido de fornecer um embasamento necessário à formação do cientista social.

Constitui-se, portanto, numa disciplina indispensável na integralização do núcleo básico de conhecimentos a serem ministrados pelo Centro de Ciências Sociais da PUC/RJ.

Esta disciplina tem como objetivos fundamentais apresentar uma determina concepção de temporalidade informada pelas determinações sociais vividas pelos agentes históricos de uma época qualquer; apresentar também uma noção de espaço referida às transformações operadas nas sociedades em questão; e, finalmente, privilegiar uma concepção de História como um campo onde se apresen tam diferentes tematizações e interpretações do passado por uma sociedade, a qual busca se situar em relação a ele como forma de compreender o seu existir contemporâneo.

AGENDA

MATRÍCULA PARA 1983.1

Os alunos dos Cursos de História e Geografia deverão comparecer ao Departamento para matrícula nos dias 23/24 de fevereiro

A Distribuição será a seguinte:

Dia 23/2/83 de 8:30h às 11:00h - alunos matriculados até 78.2 inclusive
de 14:00 às 16:30h - alunos matriculados em 79 e 80

Dia 24/2/83 de 8:30h às 11:00h - alunos matriculados em 81 e 82
de 14:00 às 16:30h - alunos matriculados em 83

Estudou na Merchant Taylor's School, Londres, e no Trinity College, Cambridge, em plena Belle Epoque. Ingressou no Foreign Office em 1916, desempenhando numerosas funções no país e no exterior, até 1936, quando deixou o cargo. Esteve na Conferência de Versalhes, serviu na Europa Oriental e na Liga das Nações. A vivência diplomática ficaria para sempre impressa na personalidade do historiador. Wilson Professor de Política Internacional no University College do País de Gales, em Abersytwith, tornou-se Editor Assistente do Times, de 1941 a 1946. Tutor de Ciência Política no Balliol College, Oxford, de 1953 a 1955, foi, a seguir, Fellow do Trinity College, Cambridge, a partir de 1955.

Tendo externado opiniões pouco ortodoxas a respeito dos Tratados de Paz e da política de apaziguamento dos anos 30, justificando num certo sentido, historicamente, as reivindicações germânicas e italianas, ganhou com isso muitas críticas e desconfianças. Seu pessimismo acerca do futuro da democracia no

patível com a
de de massas,
ver uma certa

HISTORIOGRAFIA

Ocidente, incom
moderna socieda
deixando entre-
crença na dita-

dura burocrática e na inevitabilidade do despotismo, gerou acusações à sua obra, rotulada de "marxista" ou "comunista".

Para quem tenha lido seus principais trabalhos é bastante difícil classificá-lo como um historiador marxista, muito embora W. Laqueur o considere um simpatizante do comunismo e Martin Malia não hesite em incluí-lo na historiografia trotskista da Revolução Russa... Tais rótulos, mais ou menos gratuitos, sempre o espantaram e por diversas vezes respondeu a seus autores com a ironia que era a sua marca registrada. Ainda que tenhamos bem presentes as peculiaridades daquilo que se convencionou chamar de "marxismo" nos historiadores ingleses, mesmo assim fica difícil não nos assombrarmos ante a realidade dos muitos volumes que compõem sua História da Rússia Soviética, pois, o que ali se destaca é a erudição do Autor, o rigor da exposição dos dados, sua capacidade de apresentar uma enorme massa de materiais "empíricos" com uma clareza cristalina.

Grande conhecedor da história russa dos séculos XIX e XX, Carr deixa transparecer em seus trabalhos um certo fascínio pela Rússia e pela

Revolução bolchevista, porém, na sua forma de expor os acontecimentos e de avaliar certas personagens, percebe-se quão longe estava dos compromissos ideológicos que lhe foram atribuídos. Em seu primeiro livro, por exemplo, The Romantic Exiles (1933 1968), no qual estuda Bakunin, Dostoievski, Herzen, Marx, entre outros, Carr, a par das perspectivas ideológicas de cada um deles, preocupa-se também com suas querelas pessoais, passando ao leitor um certo tom de ironia que revela a sua própria dificuldade de levá-los muito a sério. Para ele Marx era um verdadeiro gênio intelectual e político cujo lugar na História seria igual ao de Lutero, mas era sobretudo um fanático, um gênio da destruição, oposto, neste particular, ao grande gênio construtivo que foi Lênin. Já em seu segundo livro, The Twenty Year's Crisis: 1919-1929 (1939), e no que se lhe seguiu, The Conditions of Peace (1942), Carr desenvolve uma de suas teses preferidas: a oposição entre as tendências realistas e as tendências utópicas no campo da História Política. Percebe-se perfeitamente que suas simpatias pessoais vão para os realistas, pois, não admitindo outra realidade que não seja aquela do próprio processo histórico, afigura-se-lhe algo totalmente sem sentido julgar ou condenar o passado em nome de princípios éticos ou outros quaisquer: "What was is right". Somente a partir de padrões da própria História é possível avaliá-la. Note-se, no entanto, que esse realismo ele não o aplicava ao futuro. Se, em relação ao passado é necessário o realismo para destruir as utopias e mitos ainda existentes, para o futuro é preciso combinar em doses adequadas o realismo e a utopia, única forma de haver esperança e de se construir algo de positivo.

O término da Segunda Guerra Mundial marcou também uma significativa mudança nas atividades e interesses de E.W. Carr. A publicação de The Soviet Impact on the Western World (1946) representa o prelúdio à tarefa que iria ocupá-lo daí por diante até o fim da vida: a sua História da Rússia Soviética. Estava então convicto de que "a tendência contrária ao individualismo e favorável ao totalitarismo é por toda parte inegável" e, sendo o marxismo o mais totalitário de todos os movimentos modernos, era ele que possuía o apelo mais amplo. Neste caso, a Rússia era o exemplo mais impressionante do sucesso do marxismo e a melhor demonstração da própria tese do Autor.

Embora tenha escrito trabalhos como The New Society (1951) e What is History? (1961), nos quais reuniu séries de palestras ou conferências, o seu trabalho real esteve voltado, desde 1946, para o plano deveras ambicioso de escrever a História da Rússia Soviética. Os três primeiros volumes desta

última apareceram em 1950, 1952 e 1953, sob o título de The Bolshevik Revolution. Em 1954 foi publicado um quarto volume, The Interregnum (1923/4) e entre 1958 e 1964 saíram os volumes de uma nova trilogia, Socialism in One Country (1924/6). Finalmente, em 1969, publicou o primeiro dos dois volumes que constituiriam a última parte de sua obra, Foundations of a Planned Economy (1926/9) já agora contando com a colaboração de R.W. Davies. A respeito de todos esses volumes, Carr deixou sempre bem claro que não teve a intenção de escrever baseado em fontes inéditas mas apenas apreender a enorme massa de fatos conhecidos e publicados a fim de estruturá-los de forma coerente. Não se trata de um trabalho pioneiro mas, sim, de uma gigantesca síntese histórica. Em meio aos debates que essa História provocou, o Autor enfatizou por diversas vezes sua crença na inevitabilidade dos acontecimentos históricos, daí porque considerava uma proposição sem sentido a conhecida indagação sobre o caráter inevitável ou não da Revolução Russa. Fazia questão também de externar sua convicção acerca da inutilidade dos julgamentos morais aplicados às grandes figuras da História: "The serious historian is one who recognizes the historically conditioned character of all values, not the one who claims for his own values and objectivity beyond history". A liberdade e os direitos são temas abstratos quando retirados do contexto histórico que os produz e lhes dá sentido. Quando muito, segundo Carr, cabe ao historiador dedicar seu tempo e esforço no sentido de determinar quais dentre os desenvolvimentos históricos são progressistas e quais são reacionários. Isto posto, o que vale é o resultado final, pois, os custos em sofrimentos e vidas humanas são quase sempre inevitáveis e, principalmente, não alteram o caráter do processo histórico.

E. H. CARR - A HISTORY OF SOVIET RUSSIA.

Francisco José Calazans Falcon

Os três primeiros volumes, sob o título de The Bolshevik Revolution (1917-1923) apareceram em 1950, 1952 e 1953. Apesar do título dado à trilogia, seria inútil ao leitor tentar achar nesses volumes um estudo minucioso da Revolução de 1917 ou da Guerra Civil, pois, o autor jamais pretendeu analisar os acontecimentos revolucionários, seus lances dramáticos, suas versões contraditórias, seus pontos ainda obscuros. Seu objetivo é outro: caracterizar, da maneira mais completa possível, a nova ordem política, econômica e social resultante da Revolução.

O 1º volume dedica 111pp. aquilo que, na maior parte dos livros sobre o assunto, constitui a história das origens e da própria Revolução Russa de 1917: das origens do Partido Social Democrático dos Trabalhadores Russos, em 1898, a outubro de 1917. A partir daí, até a p.435, o que se tem é a "Estrutura Constitucional" e, sob o título "Dispersão e Reunião", um minucioso estudo da questão das nacionalidades, setor no qual o A. destaca uma das mais espantosas realizações de Lênin. O 2º vol., sobre a "Ordem Econômica", descreve, com o máximo cuidado, o "comunismo de guerra" e os primeiros passos da NEP. O 3º vol. - "A Rússia Soviética e o Mundo" - trata, obviamente, das questões de política internacional ligadas à formação da URSS. Percebe-se que o A. não atribui jamais um papel decisivo aos bolchevistas na queda do czarismo ou mesmo na tomada do poder, em outubro, pois, segundo ele, sua única e crucial vantagem consistiu no fato de que, ao contrário dos demais, eles perceberam não haver condições para uma revolução burguesa, num dos países mais atrasados da Europa sendo preciso preencher o hiato entre a autocracia derrubada e a democracia socialista ainda por edificar, ou seja, uma transição que deveria processar-se em pleno regime de escassez e não em meio à abundância como a teoria previra. Simultaneamente, conforme a expectativa inicial, centrada na crença em uma revolução mundial iminente, ia cedendo lugar à convicção de que essa revolução realmente se limitaria à Rússia, mais e mais se colocava o problema da convivência com as democracias burguesas, capitalistas, se bem que estas últimas, por sua vez, tivessem que aceitar, também a contragosto, que a Revolução na Rússia viera para ficar.

Ao deixar de lado os acontecimentos mais dramáticos, duas paixões, a ação dos grandes líderes, as discussões sobre diferenças ideológicas, Carr suscitou inúmeras críticas por esvaziar o período heróico da Revolução de seu colorido mais atraente. Sua abordagem foi acusada de excessivamente impessoal, com demasiados pormenores legais e constitucionais, carente de seres humanos reais, inclusive do sofrido povo russo. Deutscher por exemplo, referiu-se "às limitações peculiares de uma mentalidade diplomática". No entanto, de acordo com o pensamento do Autor, os períodos revolucionários são destrutivos por natureza e opostos ao bom senso e à ordem. Se bem que historicamente necessária, a Revolução não deixa de ser também um mal, necessário, é claro. O importante mesmo é o que vem depois da Revolução: os heróis pós-revolucionários, positivos, construtivos, edificadores de uma nova ordem. Daí sua grande admiração por Lênin e Stalin.

Segundo Walter Laqueur, há uma importante diferença entre o Carr dos

três primeiros volumes e o Autor dos demais. Nos primeiros volumes, além da deformação ou vício profissional do antigo diplomata, há também o clima ou a sombra dos últimos anos de Stalin. Nesse sentido, o 4º volume - The Interregnum (1923-24), em 1954, e o 5º, que é o primeiro de uma nova trilogia - Socialism in One Country (1924-926), em 1958, marcam a ruptura. Diz Laqueur que o A. se torna mais descontraído e mais seguro e, sobretudo, menos contido em seus julgamentos. Ao examinar o período de 1923/4 Carr enfatiza a luta entre personalidades, mais do que entre princípios, e conclui que Stalin tinha maior base de sustentação dentro do Partido, além de ser mais vigoroso e sem escrúpulos. Stalin foi bem mais capaz do que Trotsky de compreender a situação real da Rússia e da Revolução, daí ter sido, ao mesmo tempo, um emancipador e um tirano, um fiel executor do testamento marxista-leninista e um ocidentalista: "Few great men have been so conspicuously as Stalin the product of the time and place in which they lived". O contrário disso tudo foi Trotsky: "Trotsky was a hero of the revolution. He fell when the heroic age was over".

O 5º volume é um dos mais interessantes, pois, é nele que Carr produz algumas reflexões mais gerais sobre o processo histórico russo: o conflito entre continuidade e mudança, entre o internacionalismo revolucionário e o nacionalismo russo. Daí, segundo o A. que a revolução tenha se transformado num instrumento a serviço da recuperação e defesa do nacionalismo fato esse que, segundo ele, confere uma grande falta de originalidade histórica (à luz da história russa, é claro) à proclamação de Stalin, em 1924, a respeito do "socialismo num só país". Por outro lado, a revolução era um fato irreversível; apenas, a partir daí, ela seria cada vez mais uma "revolução pelo alto". Ao perceber que a revolução não poderia ficar marcando passo na Rússia à espera da hipotética revolução mundial, Stalin afirmou de vez sua superioridade sobre Trotsky. O 5º volume trata ainda da recuperação econômica, enquanto que o 6º aborda a "Luta do Partido" e a "Ordem Soviética", ou seja, "a vitória de Stalin, a constituição do monolitismo, em 1925, sob o controle do secretário geral, a regionalização e revitalização dos soviets em novas bases, o Exército Vermelho, a política de ordem e segurança. O último volume, o 7º da série é todo ele dedicado às questões de política internacional.

No 8º volume, primeiro dos dois dedicados às Foundations of a Planned Economy, publicado em 1969, Carr estuda, ainda mais minuciosamente do que em outros períodos, os desenvolvimentos econômicos entre 1926 e 1929. Carr justifica o marco cronológico com o argumento de que, a partir da primavera de 1929, cai um denso mistério sobre as discussões e tomadas de decisão no interi

or do Partido, sendo impossível acompanhar, por exemplo, o processo interno que levou ao anúncio, nos primeiros dias de 1930, da decisão de proceder à coletivização forçada da agricultura. "Later, the fog becomes thicker still, and, in spite of few piecemeal revelations, envelopes all Soviet policy in the nineteen-thirties".

Sem dúvida é ainda cedo para se indagar a respeito do peso que terá nos anos vindouros a História de E.H.Carr para os estudiosos da formação da União Soviética. Parece inegável porém que, apesar de suas evidentes lacunas, ela ainda constituirá, por muito tempo, a melhor obra de conjunto sobre o período de 1917 a 1929 e nela irão buscar informações precisas e detalhadas até mesmo seus adversários.

DOCUMENTO

GEOGRAFIA E ESPAÇO: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA DISCUSSÃO INICIAL

PROF. JOÃO RUA (Departamento de Geografia -PUC/RJ)

A GEOGRAFIA

"A Geografia não é apenas a ciência do espaço, ela é a ciência do espaço organizado por e para o homem". (François Gay)

A Geografia conhece hoje um movimento de renovação considerável, que advém do rompimento de grande parte dos geógrafos com relação à perspectiva tradicional. Procura-se novos caminhos, nova linguagem, novas propostas, enfim, uma liberdade maior de reflexão e criação. As certezas ruíram, desgastaram-se. E, novamente, pergunta-se sobre o objeto, o método e o significado da Geografia.

Da Geografia tradicional, positivista, não dialética, indutiva, a-histórica, uma "ciência natural dos fenômenos humanos" na qual o domínio da aparência supera o da essência, passou-se, a partir da década de 60 para outras concepções, geralmente englobadas sob o título de Geografia Renovada.

Duas concepções impõem-se como as mais representativas no ataque à Geografia Tradicional: a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica.

A primeira usa métodos dedutivos, parte de construções mentais simples, coerentes, que confronta com a realidade. Trata-se de estudar menos os objetos os fluxos, os circuitos de troca no meio físico, as redes, criadas pelos homens, que veiculam as pessoas, os bens, a informação, modelos ou quadros de reflexão, sistemas que organizam o espaço geográfico. Em relação à tradicional, crítica-lhe a insuficiência da análise; ataca-lhe o caráter não prático. Prevê. Tenta intervir na realidade, desenvolvendo, para isso, uma tecnologia de intervenção. Torna-se uma Geografia Aplicada.

Entretanto, na realidade, é apenas uma crítica acadêmica à Geografia Tradicional já que não se atingem os seus fundamentos e sua base social, já que não se toca nos compromissos sociais do pensamento tradicional. Passou-se de um conhecimento que levanta informações e legitima a expansão das relações capitalistas, para um saber que orienta esta expansão, fornecendo-lhe opções no espaço terrestre. Constitui uma renovação conservadora da geografia, pois troca-se o empirismo da observação direta (do "ater-se aos fatos" ou dos "levantamentos dos aspectos visíveis") por um empirismo mais abstrato, dos dados filtrados pelas estatísticas (das médias, variâncias e tendências). São a Geografia Quantitativa, a geografia Sistemática e a Geografia Comportamental consideradas utilitárias para fazer diagnósticos sobre um determinado espaço.

Levantando-se contra a Geografia Tradicional e opondo-se à Geografia Pragmática, desenvolve-se a Geografia Crítica. Esta se preocupa com os sistemas e as relações de produção, com os processos históricos, com a exploração sem freio dos homens e das riquezas pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo imperialismo. Descobre a alienação dos homens no espaço, analisa as forças e os mecanismos de dominação, as cidades tentaculares que polarizam sua região, as classes privilegiadas e o Estado, as firmas multinacionais e seu papel neo-colonial em relação ao Terceiro Mundo. Estuda o espaço no qual se inscrevem as relações sociais. Ocupa-se das diferenciações espaciais.

Esta Geografia procura por o seu saber, relativo ao espaço, a serviço dos que querem por fim à crise do mundo contemporâneo, à concentração desumana dos homens e das riquezas nas megalópoles entulhadas; se ocupa dos imensos subúrbios e das intermináveis favelas, da degradação trágica da biosfera, da desigualdade crescente de países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A divisão do movimento de renovação da Geografia em duas vertentes, a Pragmática e a Crítica está assentado na polaridade ideológica das propostas efetuadas. O critério adotado é o da concepção do mundo tida por cada um, vista como decorrente de posicionamentos sociais e/ou engajamentos políticos. Assim, é pelo compromisso social, contido nas variadas perspectivas de análise renovadas, que se torna possível agrupá-las.

O ESPAÇO

Torna-se necessário discutir o espaço, e ver a produção do espaço como objeto de estudo. Este espaço é social e histórico, obra do trabalho, morada do homem. É um campo de força, cuja energia é a dinâmica social. É um fato social, um produto da ação humana, uma natureza socializada, que pode ser expl

cada pela produção. As formas espaciais são resultados de processos passados, mas são também condições para processos futuros.

De acordo com Milton Santos, toda a atividade produtiva dos homens implica numa ação sobre a superfície terrestre, numa criação de novas formas, de tal modo que "produzir é produzir espaço". Afirma que a organização do espaço é determinada pela tecnologia, pela cultura e pela organização social na sociedade que a empreende. Diz, ainda, que as diferenças dos lugares são naturais e históricas, e que a variação da organização do espaço é fruto de "uma acumulação desigual do tempo". Essa organização é uma combinação de variáveis, resíduos vivificados pelo tempo presente, unificados num movimento geral pelo Estado. Assim, uma articulação de elementos naturais e processo histórico, de passado e presente, "variáveis assíncronas funcionando sincronicamente. Desta forma, há um contínuo processo de modernização em curso, que não atinge todos os lugares ao mesmo tempo, que é estimulado pelo Estado.

Tal processo define os usos do solo, a apropriação da natureza, as relações entre os lugares, enfim a organização do espaço. Seu traço geral é a desigualdade, pois a história do capital é seletiva, elege áreas, estabelece uma divisão territorial do trabalho, impõe uma hierarquização dos lugares, pela dotação diferenciada dos equipamentos. É tal processo que deve ser objeto de preocupação dos Geógrafos.

Tenata-se mudar a maneira dicotômica com que o espaço é analisado: como "geral" "regional", como "urbano ou rural", e demonstrar que tais partes do espaço só tem sentido quando referidas ao todo, isto é, se entendidas como partes que em si mesmas não se explicam, não se explicam, não têm interdependência; só existem como criação didática. É necessário que isto fique claro para que o próprio conhecimento não fique limitado, compartimentado. É preciso que se demonstre que não há oposição entre campo e cidade, a cidade como lugar de desenvolvimento, do moderno e do atual (com alguns elementos fora do lugar, resultantes, que seriam do seu crescimento, "sem planejamento"), enquanto o campo seria o lugar do atraso, do tradicionalismo, do antigo que deve ser modernizado a partir da cidade. Dois espaços com histórias diferentes, existindo em tempos diferentes.

Enfatiza-se que o espaço articula-se como um todo, resultado de um processo de desenvolvimento, que gerou desigualdades econômicas e sociais refletindo-se no espaço, assumindo formas próprias de organização destes "subespaços".

Este ensino é indispensável para situar o futuro cientista social no mundo, num meio complexo de elementos interdependentes; fazer-lhe descobrir as relações entre os homens e os lugares, fazê-lo familiarizar-se com problemas que não cessam de se manifestar numa dinâmica que se enriquece dia a dia.

NOTAS:

1. uma ótima apresentação da discussão que vem sendo travada dentro da Geografia, encontra-se em:

- . Robert Moraes, Antonio Carlos - Geografia. Pequena História Crítica, Ed. Hucitec, São Paulo, 1981.
- . Moreira, Ruy - O que é Geografia, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981.
- . Santos, Milton - Por uma Geografia Nova. Ed. Hucitec, São Paulo, 1978.

2. Sobre a relação homem-natureza na Geografia ver:

- . Nunes Pereira, Sérgio - A relação homem - natureza em Geografia: elementos para uma discussão. Revista Contacto nº 40. Fundação CESGRANRIO, Rio 1982.

3. Sobre a forma de tratar o espaço em sala de aula ver:

- . Ferreira, Susanna Joy - Em sala de aula: como tratar o espaço brasileiro - Revista Contacto nº 35, Fundação CESGRANRIO Rio 1980.

PESQUISA & MONOGRAFIA

O EXÉRCITO NO BRASIL (1927-1942): ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

Paulo Roberto Elían dos Santos

A idéia de um estudo com caráter monográfico sobre os militares ou sobre uma instituição militar, no caso o exército, tem como ponto de partida dois aspectos que gostaríamos de ressaltar. Em primeiro lugar, a escolha do tema advém de uma série de preocupações que dizem respeito a participação constante dos militares no processo histórico brasileiro. Soma-se a isto a constatação de algumas lacunas ainda deixadas pelos poucos trabalhos (1) realizados sobre o tema, e entendendo os estudos que busquem o preenchimento dessas lacunas, como necessários; sem inclusive descartar o levantamento de novos problemas com relação ao mesmo.

Procuramos limitar nosso trabalho às décadas de 30 e 40, tomando como centro de nossas preocupações - sendo inclusive uma das lacunas a que nos referimos - a relação entre militares e civis, em suas diferentes formas. Ou seja, os vínculos ou a possível "aliança" de interesses entre militares e setores determinados da classe dominante, que emergem como forças sociais e políticas durante a década de 20. Ainda na República Velha, na década de dez, assistimos o surgimento de algumas organizações, expressando possivelmente aqueles vínculos. Entre elas, podemos citar a Liga da Defesa Nacional criada em 1916, a Liga Nacionalista em 1917 e a Defesa Social Brasileira, esta criada em 1937 e apresentando algumas diferenças em relação às primeiras. Nestas, a luta anti-oligarquias rurais aparece bastante presente. Ambos, segmentos da burguesia e militares, num primeiro momento passam a explorar temas ligados ao nacionalismo e ao serviço militar, o que parece estar muito em função da Primeira Guerra Mundial e dos problemas que ela colocava. No entanto, podemos notar num segundo momento, uma posição contrária às greves ou qualquer tipo de reivindicação operária e inclusive, a alusão de uma possível investida da burguesia organizada à militar, ou seja hierarquicamente, no sentido de tomar as rédeas do processo, tornando real a "sagrada missão de governar e dirigir a nação". Não é por acaso, que estas organizações germinaram basicamente em São Paulo (2).

Com relação aos marcos cronológicos, estabelecemos os anos de 1927 e 1942, primeiramente por vermos a década de trinta como período de profundo ajustamento e reajustamento da sociedade e consequentemente das forças armadas. Em segundo lugar, ao longe desse período encontramos certamente, alguns dos marcos mais privilegiados pela historiografia - seja ela tradicional ou não (3). Sendo assim, seria inevitável e necessária uma abordagem desses momentos, articulando-os constantemente com o movimento da instituição - o exército - como também, a participação e o papel desempenhado pela mesma, naquelas conjunturas. No que diz respeito aos anos que delimitam o título, podemos dizer que, 1927 já se coloca para nós como um marco, a partir do momento em que, nesse ano, cria-se o Conselho de Defesa Nacional à nível governamental, salientando os aspectos econômicos e industriais da defesa nacional, e ressaltando a participação das forças armadas, no mesmo. Por outro lado, 1942 apresenta-se como marco no regime "estado-novista" de Vargas, quando do reconhecimento do "estado de guerra" contra o eixo, por parte do governo brasileiro e início dos entendimentos com os Estados Unidos da América. A eleição desses marcos decorre de sua relação com algumas hipóteses que pretendemos trabalhar:

- Os militares, ao longo desse período (1927-1942), criaram, incorporaram e até mesmo tomaram para si alguns grandes temas debatidos a nível nacional. Entre esses temas encontramos o da industrialização; da defesa nacional que aos poucos progride para segurança; da consciência cívica e militar; do desenvolvimento e até mesmo "do caráter da sociedade brasileira", que evidentemente abarca todos os outros.

- Na década de 30, ao dar-se a passagem daquilo que o General Góes Monteiro chamou de "política no exército" para a "política do exército" e o golpe que implantou o Estado Novo em 1937, vemos o coroamento desse processo.

- A expressão no interior da hierarquia militar daquilo que foi chamado de "política do exército" é o Estado-Maior do Exército, verdadeiro formulado de um pensamento e de uma doutrina militar.

- O período 1930/1932 é o primeiro momento de enfrentamento real e direto entre as diferentes formas de pensar as forças armadas, no seu interior, ou os diferentes "projetos" para a atuação das mesmas, nos processos políticos, econômicos e sociais do país.

- Com relação ao tema da industrialização, percebemos a existência de um possível "projeto de desenvolvimento nacional", onde a questão dos armamentos e o aparelhamento do exército, seria o ponto central.

- O estudo das forças armadas, e especialmente do exército a partir de 1927, apresenta-se com eixo para entendermos as divergências de posicionamento dos diferentes grupos no seu interior e a elaboração paulatina de um projeto político por parte de um segmento específico que hegemoniza o processo, eliminando aos poucos todas as arestas que se apresentavam enquanto propostas alternativas, tanto dentro como fora da instituição militar.

- A criação do Conselho Nacional em 1927, embora procurasse aparentar uma preocupação com as questões apenas externas - como a preparação para a guerra - tinha também sua vinculação com algumas questões internas, como por exemplo, o fim da Coluna Prestes.

Elegemos como fonte primária para o encaminhamento de nosso trabalho a revista militar A Defesa Nacional, criada em 1913 pelos jovens oficiais estagiários no exército alemão - os "jovens turcos" - e existente ainda hoje (4). Esta revela-se, portanto, como importante veículo de divulgação e propaganda do pensamento militar. Como subsídio, utilizaremos a revista Nação Armada (Revista Civil-Militar consagrada a segurança nacional) que abrange o período da segunda guerra mundial.

NOTAS:

(1) - Entre esses, destacamos, os de José Murillo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador" e Edmundo Campos Coelho, Em Busca da Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Ambos, numa perspectiva organizacional de análise das forças armadas, vem somar-se aos trabalhos de Nelson Werneck Sodré, História Militar do Brasil, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e outros. Estes, convergem, mesmo com algumas diferenças, para uma visão instrumental. Ou seja, buscam sempre encontrar uma vinculação entre as forças armadas e as chamadas "classes médias".

(2) - Ver algumas referências ao assunto em, Edgar Carone, A República Velha: Instituições e Classes Sociais, Ed.Difel, SP, 1972.

(3) - Entre esse período, temos a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932, o Movimento da Aliança Nacional Libertadora em 1935, o Estado Novo em 1937 e o Movimento Integralista de 1938.

(4) - Para o período 1930/1932, o levantamento do material referente a revista A Defesa Nacional, já encontra-se realizado.

VOCE ACREDITA EM BRUXAS?

A representação do conflito de Canudos por sertanejos e militares.

MARCOS GUEDES VENEU

Durante longo tempo, a historiografia tratou o processo histórico brasileiro como uma rua de mão única, com um sentido obrigatório: a realização de um "destino nacional", consubstanciado numa sucessão de formas políticas e econômicas. O que escapasse a esse curso central perdia a possibilidade de se tornar inteligível, e acabava expulso para o universo da irracionalidade, como os ruídos que interferem na música. É o caso dos movimentos sociais rurais que ocorrem no Brasil entre 1870 e 1920. "Existiam" apenas como obstáculos à consolidação da República, ou ao progresso: definiam-se pela negativa.

Em anos recentes, o interesse dos cientistas sociais por esses movimentos vem aumentando, fazendo com que deixem as "notas de pé de página" da história para integrarem-se ao texto (1). No entanto, essa incorporação é feita frequentemente através de uma visão simplificada da luta de classes, que se contenta com a interpretação daqueles movimentos como levantes dos "probres do campo" contra o latifúndio. Para essa tendência, a referência religiosa constitui apenas uma "ideologia", entendida como um epifenômeno, uma forma imperfeita de consciência social, empregada para justificar os "verdadeiros" interesses em jogo (2). Entendemos que esse tipo de abordagem permanece etnocêntrica, embroa substitua o enfoque depreciativo por outro mais favorável aos sertanejos.

A perspectiva que pretendemos adotar em nosso trabalho é dada por um terceiro grupo de autores que procura perceber a especificidade cultural dos grupos em questão. Ao mesmo tempo, não deixam de relacionar os movimentos rurais com os processos de mudança que ocorrem na sociedade brasileira, a nível das instituições religiosas, das práticas econômicas e da articulação política (3). Em especial, nos valem das observações de Duglas T. Monteiro. Este autor, ao comentar o trabalho de Hobsbawn, concorda que as rebeldias rurais em foco não podem ter as mesmas explicações dadas a casos semelhantes na Antiguidade e Idade Média, nem, por outro lado, podem ser considerados germes de movimentos sociais de tipo "moderno". No entanto, o mesmo raciocínio o leva a criticar as categorias de análise empregadas por Hobsbawn, como "movimen

tos pré-políticos", "revolucionarismo" e "reformismo", pois estas só adquirem significado num quadro de referência "moderno". Para Duglas, é preciso reconhecer uma certa autonomia do que ele chama a "subcultura rústica", que tornaria aqueles movimentos "opacos" diante das análises calcadas nos movimentos sociais modernos(4).

Nossa proposta é buscar o reconhecimento desse "vetor autonômico" e a superação do etnocentrismo através do estudo das mentalidades coletivas, dos quadros culturais dos grupos envolvidos num daqueles movimentos, o de Canudos. Admitimos que a guerra, da mesma forma que a festa, constitui um momento emocionalmente "carregado", marcando uma espécie de tempo qualitativamente distinto do quotidiano, no qual os sistemas de idéias e concepções de mundo tendem a se tornar manifestos, embora muitas vezes de forma mascarada. Colocamos, então, o nosso problema: que formas assume o conflito de Canudos para militares e sertanejos nele envolvidos, e como esses grupos justificam sua ação?

Uma vez que, ao estudarmos a guerra de Canudos, nossa atenção estará volta da para os quadros culturais de seus participantes diretos, é preciso que explicitemos o conceito de cultura que estamos utilizando. Esse conceito é exposto por Clifford Geertz(5) como "um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e atitudes sobre a vida"(6). A cultura assim considerada não constitui uma entidade autônoma, capaz de determinar causalmente o comportamento, mas sim um contexto, formado por estruturas significantes, no interior do qual os atos humanos se tornam compreensíveis. Geertz trata a cultura como um discurso social, público, que não existe apenas na mente dos seus participantes, mas no seu comportamento, considerado como ação simbólica. Isso nos permite encontrar idéias e sistemas de idéias expressos não apenas por palavras(que, no caso de grupos como os sertanejos, raramente estão ao alcance do historiador) mas também por gestos, objetos, atitudes, formas de organizar o espaço, etc.

Nosso objeto de trabalho é, portanto, o fluxo do discurso social enunciado por sertanejos e militares que tomaram parte no episódio de Canudos, abrangendo, além das suas palavras, seus comportamentos. Nosso objetivo é perceber, através dessas manifestações públicas de cultura, a lógica que informa a ação daqueles grupos, de maneira a tornar essa ação inteligível para nós, sem negar as diferenças para dar conta delas.

Nossa hipótese de trabalho é que, no conflito de Canudos, a oposição básica entre o bem e o mal se manifestaria, para cada um dos grupos em luta, através de dois pares antinômicos distintos: os militares oporiam "progresso" X "atraso",

enquanto para os sertanejos a oposição seria de "santidade" X "pecado". Essas antinomias derivariam de duas leituras particulares dos processos que então se produzem na sociedade brasileira, realizadas através de contextos culturais diversos. Os termos que as expressam não podem, pois, ser tomados abstratamente, e o que nos propomos é atribuir-lhes seus conteúdos específicos. Para isso, aqueles comportamentos que nos pareçam irracionais ou gratuitos, como a mutilação e a exposição de cadáveres ou a degola sistemática de prisioneiros, passam a ser alvos privilegiados de nosso interesse(7).

Cabe aqui uma observação: temos claro que as explicações que construirmos não se confundem com a maneira pela qual cada combatente de Canudos estava realmente pensando. Embora seja justamente essa maneira de pensar que procuramos levar em conta, a análise será sempre a nossa interpretação do que os outros fazem ou pensam. Afinal de contas, nós não acreditamos em bruxas..."pero que las hay, las hay!

NOTAS:

- (1) a expressão encontra-se em HOBBSAWN, E. J., Rebeldes Primitivos, Zahar, Rio de Janeiro, 1970.
- (2) cf. FÁCO, Rui - Cangaceiros e Fanáticos, Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 1976, 4a. ed. e MONIZ, Edmundo - A guerra social de Canudos, Civ. Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- (3) cf. QUEIRÓS, Maria Isaura, O messianismo no Brasil e no Mundo, Alfa-Omega, São Paulo, 1977, CAVA, Ralph della. "Messianismo brasileiro e instituições nacionais", in Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, 6(1/2), 1975 e MONTEIRO, Douglas T., "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e o Contestado", in FAUSTO, Boris - História Geral da Civilização Brasileira, t.III, v.2, São Paulo, 1977.
- (4) MONTEIRO, D.T., op. cit., p.86 e 87.
- (5) cf. GEERTZ, Clifford - "Uma descrição densa", in A interpretação das Culturas, Zahar, Rio de Janeiro, 1980.
- (6) citado por WALTERS, Ronand, "Signs of the times: Clifford Geertz and Historians", in Social Research, N.York, v. 47, n.3, out/1980.
- (7) cf. DAVIS, Natalie Z. - "The rites of violence", in Society and culture in early modern France, Stanford, California, 1975.